

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS Uni-ANHANGUERA
CURSO DE AGRONOMIA**

**O AGRONEGÓCIO DA TRITICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO
DE GOIAS DE 1975 A 2016**

RODRIGO PULCINELLI ZUCCOLIN

GOIÂNIA
Setembro/2018

RODRIGO PULCINELLI ZUCCOLIN

**O AGRONEGÓCIO DA TRITICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO
DE GOIAS DE 1975 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA, sob orientação da Professora Dr^a. Alzirene Vasconcelos Milhomen como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Agronomia.

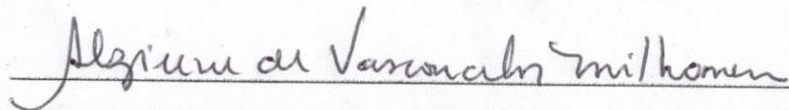
GOIÂNIA
Setembro/2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

RODRIGO PULCINELLI ZUCCOLIN

O AGRONEGOCIO DA TRITICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIAS DE
1975 A 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do Bacharelado em Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA, defendido e aprovado em 19 de novembro de 2018 pela banca examinadora constituída por:




Professora Doutora Alzirene de Vasconcelos Milhomen

Orientadora



Professora Doutora Sara Lane Sousa Gonçalves

Membro



Professor Doutor Lino Carlos Borges

Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelo Dom da vida, ao meu pai e minha mãe e a minha amada esposa pelo apoio, compreensão e ajuda para concluir mais esta etapa juntos. Agradeço também minha Orientadora e todos os professores e professoras do curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás.

A agricultura é a arte de saber esperar.
Riccardo Bacchelli

O amor assemelha-se a agricultura... você
semeia, Deus rega permitindo-lhe ajudar,
e a terra desenvolve em frutos para que
seja colhido em seu tempo, e não em
tempo teu.

Júlio Ramos da Cruz Neto

Resumo

O trigo é uma das principais fontes de alimentação para o ser humano. Sendo o segundo cereal mais importante no mundo. O cultivo de trigo na região Centro-Oeste está relacionado com a alta produtividade e qualidade industrial. Existe no Brasil uma série de dificuldades do cultivo e comercialização desta cultura. Com a modernização da agricultura no sul do Brasil, calcada em fortes financiamentos subsidiados pelo Estado, o trigo voltou a ganhar importância em solo brasileiro, contudo, jamais nosso país conseguiu a autossuficiência com o cereal. Tendo na Argentina importante fornecedor de trigo ao Brasil. Este trabalho tem por objetivo, colher e analisar dados referentes a evolução do agronegócio da cultura do trigo (*Triticum spp.*), mostrando a evolução da produção no cenário nacional e de Goiás, levantando dados sobre produção, demanda e comercialização e inferir sobre importação de trigo para o abastecimento no mercado interno, de 1975 a 2018. A triticultura brasileira passou por um longo período de regulamentação estatal, no que tange a produção, industrialização e comercialização, iniciado em 1967 perdurando até 1990, ao mesmo tempo em que o governo subsidiava a produção, os produtores não qualificaram os meios para produzir. Verificou-se que, a área plantada de trigo de trigo no Brasil cresceu até o final da década de 1980, chegando a 4 milhões de hectares, com baixa produtividade. Na década de 1990, com o fim do controle estatal, a área plantada, em 1995, foi 22% da área plantada em 1987. Mesmo sofrendo decréscimo em área plantada, a produção brasileira alcançou altas taxas, chegando a 6,4 milhões de toneladas, ou 55,3% da demanda do país. Os bons resultados alcançados pela cultura do trigo no país são uma combinação de fatores positivos como clima favorável, sementes de alto potencial produtivo e adoção de tecnologias adequadas de manejo da lavoura.

PALAVRAS-CHAVE: Triticultura brasileira. Crédito Agrícola. Política Agrícola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	Origem do Trigo	10
2.2	O trigo no Brasil	11
2.3	A cultura do trigo em Goiás	12
2.4	Política agrícola brasileira e política de subsídio ao produtor de trigo	13
3	MATERIAL E MÉTODOS	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5	CONCLUSÕES	26
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE A	30

1 INTRODUÇÃO

O trigo é uma das principais fontes de alimentação para o ser humano (ISMAEL, 2011). Sendo o segundo cereal mais importante no mundo (EMBRAPA, 2016). O cultivo de trigo na região Centro-Oeste está relacionado com a alta produtividade e qualidade industrial. (ALBRECHT, 2014).

Existe no Brasil uma série de dificuldades do cultivo e comercialização desta cultura. Estudos apontam que o trigo começou a ser cultivado por volta de 10.000 a.C. no Egito, (ABRITRIGO, 2016) e chegou ao continente americano no século XVI d.C. Historicamente, o Brasil não consegue atender sua demanda interna, com isso existe a necessidade de importar trigo para atender o consumo interno (VEZON; PAULA JUNIOR, 2010).

O trigo plantado no cerrado goiano leva vantagem pelo clima seco e quente da região, uma vez que a colheita é realizada na entressafra dos estados produtores do sul do país e em um período de pouca pluviosidade (CALDAS, 2016). O trigo encontra resistência para aumento de área justamente por concorrer com a cultura do feijão, porém é utilizado em rotação de cultura, pois auxilia no controle das pragas do feijão na região (CONAB, 2015).

Apenas a partir da segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura no sul do Brasil, calcada em fortes financiamentos subsidiados pelo Estado, o trigo voltou a ganhar importância em solo brasileiro, contudo, jamais nosso país conseguiu a autossuficiência com o cereal. Sendo assim, a Argentina se firmou como um importante fornecedor de trigo ao Brasil. Tal realidade ganhou força com a consolidação do Mercosul, a partir de 1991. Por essa época o governo brasileiro já havia praticamente eliminado os subsídios ao setor tritícola, assim como deixou de comprar e estocar o produto. Este conjunto de fatos colocou em xeque, mais uma vez, a sobrevivência da triticultura no Brasil e particularmente no Paraná e Rio Grande do Sul, historicamente os dois principais produtores do cereal. Ou seja, o desenvolvimento econômico dos Estados considerados esteve sempre muito ligado ao sucesso de seu agronegócio (BRUM; HECK; LEMES, 2004).

Entre 1940 e 1990 o apoio estatal foi decisivo para se chegar perto da autossuficiência. A retirada deste apoio, de forma quase integral, não encontrou no mercado uma solução de continuidade, fato que acarretou perda de espaço pelo lado dos produtores rurais. Neste sentido, tem-se necessidade de um plano que priorize o aumento gradual e estável da produção interna, no qual haja o comprometimento de todos os segmentos atuantes na cadeia de produção de trigo no país.

Analisou-se a evolução do agronegócio da cultura do trigo (*Triticum spp.*), mostrando a evolução da produção no cenário nacional e de Goiás, fazendo levantamento de dados sobre produção, demanda e comercialização e inferir sobre importação de trigo para o abastecimento no mercado interno, de 1975 a 2016.

Neste trabalho busca-se colher e analisar dados referentes a triticultura no Brasil e em Goiás, dos anos de 1975 a 2016. Sendo estudo de caso, que se caracteriza pelo estudo profundo e exaustivo, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem do trigo

Segundo publicação da ABRITRIGO (2016), o trigo começou a ser cultivado por volta de 10.000 a.C., numa região conhecida como Crescente Fértil que hoje vai do Egito ao Iraque, estendendo-se pelo mar Mediterrâneo. Os grãos de trigo eram consumidos pelos povos antigos numa espécie de papa, em que eram misturados com peixes, castanhas, frutas e água. Por volta de 4000 a.C., os egípcios observaram o processo de fermentação de uma massa feita de farinha de trigo e assim nasceu o pão.

A demanda de pães no Egito daquela época já era enorme. Os pães abasteciam a população, eram oferecidos aos mortos e serviam de oferenda aos deuses. Os primeiros biscoitos também apareceram no Egito. As receitas eram à base de trigo, água e mel. Os confeitores moldavam figuras de seres humanos e animais para oferecer às divindades.

Estima-se que no século IX d.C. os árabes tenham levado para a Itália o macarrão - que teria origem chinesa. Eram preparações feitas de farinha e água, cortadas em fios que secavam ao sol para que pudessem ser conservadas por longos períodos. No século XI d.C., em Nápoles - Itália, os cozinheiros começaram a incluir verduras e queijo em um disco redondo de massa. É de lá que vem o termo *picea*, que seria a origem do nome da pizza. No século XV d.C., os biscoitos foram extremamente úteis durante as navegações. Além de garantir doses de carboidratos aos navegantes, tinham a vantagem de não estragar. (ABRITRIGO, 2016)

Segundo Alvim (2014), na Roma Antiga, no tempo de Petrônio (séc. I) consumia-se pão acidulado. Na Europa Medieval predominavam o centeio, a cevada e a aveia que juntamente com o painço e o trigo sarraceno, originário do Oriente, compunham a base da alimentação popular. A massa acidulada foi sendo substituída pela massa fermentada, de que se fazia o pão leve. Em sua trajetória na história da humanidade o trigo teve papel decisivo, não só como alimento, mas para a invenção da escrita pelos sumérios, como forma de registrar e controlar a safra excedente, utilizado como moeda de troca.

Ainda Alvim (2014) afirma que, o trigo chegou no continente americano com os primeiros europeus, inicialmente no México desde 1519, embora na América do Norte, incluindo o Canadá dessem preferência ao centeio, reinando até o século XIII. A descoberta e povoamento das vastas e férteis planícies de além Apalaches tornou possível a triticultura em

amplíssima escala. Em 1870, os trigais americanos começaram a ser atacados pela ferrugem o que causou grandes prejuízos enquanto o trigo trazido da Taurida, na Rússia, era mais resistente.

2.2 O trigo no Brasil

A chegada do trigo ao Brasil remonta ao período colonial. Ainda no século XVI d.C., os portugueses que para cá vieram tentaram o cultivo desse cereal, com a iniciativa de Martin Afonso de Souza, em 1531, de cultivar trigo na Capitania Hereditária de São Vicente, que hoje corresponde ao Estado de São Paulo. Depois o trigo migrou para o sul, encontrando ambiente, clima e solo, mais adequados as suas exigências. Os açorianos, que chegaram em meados do século XVIII, foram os protagonistas da experiência mais difundida historicamente sobre o cultivo de trigo no Brasil. E vieram as epidemias de ferrugem, as guerras, a abertura dos nossos portos às nações amigas e o trigo quase desapareceu das terras brasileiras. (ALVIM, 2014)

Com a independência e a fase imperial, chegaram os alemães, em 1824, que mantiveram o trigo nas colônias germânicas do Rio Grande do Sul. Depois, foi a vez dos italianos, em 1875, dando um novo impulso ao trigo no Brasil. E, novamente, entusiasmos, êxitos e fracassos se sucedendo. (ABRITRIGO, 2016)

No século XX, primeiro, ocorreram fracassos com importações de sementes não adaptadas. Depois de diversos fracassos da cultura, principalmente em função de doenças, o Ministério da Agricultura procurou incentivar o plantio do cereal com a criação, em 1919, de duas Estações Experimentais – em Ponta Grossa, no Paraná, e em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Por um lado, os estímulos - com a criação de estações experimentais específicas para trigo e o surgimento do trigo Frontana, na década de 1940 - e, por outro, as fraudes do trigo-papel e o acordo de compra do trigo americano. Mais uma vez a triticultura brasileira relegada a um segundo plano. (ALVIM, 2014)

O estímulo do governo da época à triticultura passou a ser mais efetivo depois da Segunda Guerra Mundial, em 1954, quando surgiram as primeiras lavouras mecanizadas no estado do Rio Grande do Sul. A consolidação da cultura aconteceu apenas muitas décadas depois, por volta de 1960, com a política de amparo à triticultura e à moagem de trigo. A pesquisa da Embrapa Trigo, implantada em Passo Fundo em outubro de 1974, teve papel fundamental no desenvolvimento da lavoura. (ABRITRIGO, 2016)

Nos primeiros trabalhos de melhoramento genético, procurou criar variedades adaptadas ao clima e solo da região Sul do Brasil. Mais tarde, concentrou esforços para

aumentar a produtividade. Os avanços, baseados no uso de tecnologias recomendadas, permitiram que a produtividade aumentasse de 700 quilos por hectare (kg/ha) para mais de 1.700 kg/ha. Esse crescimento, em um período considerado por especialista bastante curto, é um dos mais significativos do mundo. O potencial de rendimento ultrapassou os 5 t/ha e em campos experimentais já chegou a 8 t/ha (ACOSTA, 2018).

Com as tecnologias Embrapa Trigo, foi possível aumentar a produtividade da lavoura, baixar os custos de produção e preservar o ambiente e a saúde do agricultor. Essas inovações permitiram uma agricultura mais competitiva, o que tem gerado incremento na renda do produtor, e mais qualidade do produto, beneficiando também o consumidor. (ALVIM, 2014)

O Brasil produz hoje cerca de 5 milhões de toneladas de trigo. No final da década de 1980, a produção era de 6 milhões de toneladas. De acordo com os pesquisadores da Embrapa Trigo, o Brasil oferece área e condições de ser autossuficiente na produção de trigo. Para isso, seria necessário um político agrícola adequado, pois a triticultura brasileira ainda enfrenta alguns desafios, entre eles, o problema da comercialização do cereal. (ABRITRIGO, 2016)

2.3 A cultura do trigo em Goiás

O trigo é o segundo cereal mais importante no mundo. O grão é utilizado na alimentação humana como farinha, pães, biscoitos; na alimentação de animais domésticos; e na elaboração de produtos não alimentícios (EMBRAPA, 2016).

Segundo Venzon; Paula Junior (2010), historicamente, o Brasil não consegue atender sua demanda interna, com isso existe a necessidade de importar trigo para atender o seu consumo interno. O volume de importações teve aumento crescente ao longo dos anos, sobretudo após a retirada dos subsídios pelo Governo Federal em 1989.

Segundo dados da CONAB (2015), em 2015, Goiás ficou na segunda posição no país em produtividade média nacional de trigo, alcançando 5,054 mil kg/ha, e na sexta posição como produtor de trigo no país, ocupando a sétima posição com uma área de 9,4 mil hectares.

A aptidão tritícola da região Centro Oeste, mais precisamente no Estado de Goiás, a adaptação dessa cultura nas regiões tradicionais de cultivo comercial de trigo, os maiores riscos de perda de produção estão relacionados com o excesso de chuva/umidade elevada, causando doenças de difícil controle (giberela na região temperada e brusone/ferrugem na região tropical, por exemplo) ou perda de qualidade tecnológica dos grãos quando ocorre no período de colheita, além de temperatura elevada e deficiência hídrica (região tropical).

O rendimento da cultura de trigo (*Triticum aestivum* L.) é fortemente influenciado pelas condições climáticas das áreas de cultivo. Esse aspecto é particularmente importante no Brasil,

onde seu cultivo é desenvolvido em uma ampla região, abrangendo zonas subtropicais e tropicais.

No Estado de Goiás, a cultura de trigo é utilizada em sucessão a outras de verão, sendo cultivada na estação do outono, permitindo, no período de um ano, duas culturas na mesma área. O cultivo de trigo, sob condições controladas de irrigação e manejo adequado, apresenta grande potencial de produção, alto rendimento de grãos e estabilidade de produção (MAPA, 2018).

De acordo com a Portaria N.º 266 de 2015, do BRASIL/MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) o período de semeadura do trigo em Goiás é de 11 de abril a 31 de maio.

Segundo Caldas (2016), o trigo plantado no cerrado goiano leva vantagem pelo clima quente e seco da região, uma vez que sua colheita é realizada na entressafra dos estados produtores do sul do país e em um período de pouca pluviosidade. A menor incidência de doenças resulta em grãos com excelente peso médio e qualidade superior, beneficiando o produtor goiano com preços em alta, devido ao déficit do produto no mercado nacional.

Os avanços dos programas de melhoramento genético, aliados às melhorias nos sistemas de produção, promoveram crescente aumento na produtividade média do trigo plantado no cerrado goiano, saindo 1,09 mil kg/ha em 2000 e alcançando 5,054 mil kg/ha em 2015, gerando um crescimento de aproximadamente 464% (CONAB, 2015).

Vale ressaltar o uso da irrigação nos solos goianos para o cultivo do trigo, em que predomina o uso do sistema de pivô central, localizados principalmente na região de Cristalina e Luziânia. Essa tecnologia tem permitido benefícios como o aumento da produtividade, garantia de colheita durante períodos longos de estiagem, intensificação do uso do solo e incorporação de novas áreas. O trigo encontra resistência para aumento de área justamente por concorrer com a cultura do feijão naquela região, porém é utilizado em rotação de cultura, pois auxilia no controle das pragas do feijão na região (CONAB, 2015).

2.4 Política agrícola brasileira e política de subsídio ao produtor de trigo

Para Agra (2010), o setor agrícola é fundamental na economia brasileira. Sendo por vários séculos, a principal fonte de renda, de empregos, de tributos para o império. A economia brasileira foi caracterizada, nesse período, por ciclos econômicos de determinados produtos, como: pau-brasil, plantações de cana-de-açúcar, mineração de ouro, o café (após a independência até a sua queda nos anos 1970) e a extração da borracha natural.

Durante o período de 1968 a 1973, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, época conhecida como Milagre Econômico. A partir da segunda metade da década de 1970 essa taxa de crescimento sofreu um declínio e nos anos de 1980, a situação econômica brasileira agrava-se e somente não foi pior porque a queda na taxa de crescimento agrícola foi menor que a da indústria, com isso a agricultura contribuiu para atenuar o desemprego e amenizar os efeitos da recessão instaurada no início dos anos 1980. (HERMANN, 2005).

Para Gasques (2001), a primeira tentativa de organizar uma política agrícola de suporte, envolvendo a concessão de crédito, sustentação de preços e formação de estoques foi o Convênio de Taubaté, firmado em 1906, pelos presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o objetivo de valorizar o café. O Governo Federal passa a participar efetivamente na política de valorização na safra de 1921, adquirindo mais de 4,5 milhões de sacas de café. Com o problema de excesso de produção da década de 1920, agravado com a quebra da bolsa em 1929, sendo o café estratégico para a economia brasileira, em 1931 criou-se o Conselho Nacional do Café, com o objetivo de federalizar a política agrícola em defesa do café.

No ano de 1931, o Governo Federal inicia um processo de intervenção com o álcool através do decreto 19.717/1931, que obrigava os importadores de gasolina a adquirirem álcool anidro na proporção de 5% do volume de gasolina internada. Várias outras medidas oficiais foram adotadas ainda em 1931 para defender a indústria e o comércio do açúcar e foram feitas várias modificações do Decreto 19.717, visando a torná-lo mais objetivo e mais operacional, no entanto, não foram suficientes para enfrentar a crise do setor e, em fins de 1931, o Governo decidiu criar a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar. (VILLAVARDE, 2001)

A Comissão tinha como finalidade acompanhar a evolução da economia açucareira, preservar o equilíbrio interno entre produção e consumo, através da exportação e sugerir ao Governo medidas necessárias ao seu eficiente funcionamento. (VILLAVARDE, 2001)

Segundo Gasques (2001), a partir da influência das medidas de apoio à agricultura americana, o Governo brasileiro adotou duas medidas, que constituem a primeira tentativa de formalizar e institucionalizar uma política agrícola para estimular o desenvolvimento do setor de grãos no País: a primeira foi a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), para tratar das questões relacionadas com o financiamento, e a segunda foi a criação, em 1943, da Comissão de Financiamento de Produção (CFP), para tratar das questões relacionadas com a garantia de preços na comercialização.

Para VillaVerde (2001), durante as décadas de 1940 e 1950, várias tentativas foram feitas para consolidar o modelo de crédito rural visionado em 1939, inclusive com o projeto de criar um Banco Rural, mas o viés anterior permaneceu inalterado até 1965 com o sistema irrigando apenas a economia cafeeira e açucareira e praticamente ignorando o potencial do Brasil para a produção de grãos.

Kageyama (1987) afirma que, o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito agrícola subsidiado. A concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu um padrão de modernização compulsória, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo. Outros fatores também contribuíram para a modernização da agricultura. A abertura de novos mercados externos, o crescimento da demanda internacional e do próprio mercado interno.

Segundo Farina; Azevedo; Saes (1997), a produção, industrialização e comercialização do trigo no Brasil, entre 1967 e 1990, eram regulamentadas estatalmente. Nesse período o trigo foi alvo de uma política governamental com subsídios ao produtor, usando a regulação completa do setor com intuito de autossuficiência. A intervenção do governo consistia em, dentre outras coisas, ser o único comprador e fornecedor do trigo para a indústria de moagem, determinando assim o preço e a disponibilidade de produto.

De acordo com CONAB (2017), a intervenção do Governo no mercado de trigo foi consolidada no Decreto- Lei nº 210/1967, que proibia a comercialização do trigo nacional ou importado pelo setor privado e regulamentava a comercialização estatizada, criando o Departamento de Trigo, vinculado à Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), órgão responsável pela fiscalização da comercialização de trigo e farinhas em todo o território nacional. Esse Decreto-Lei determinou, ainda, a medição da capacidade de moagem de cada moinho.

Para Collins (1999), as intervenções governamentais podem tanto beneficiar a produção e consumo de determinados produtos como gerar um desequilíbrio das atividades internas do país. Dessa forma, se a intenção do governo for subsidiar o consumo, determinaria o preço máximo do produto, o consumo aumentaria gerando uma escassez, que poderia ser suprida com a redução do consumo ou com importações.

Para Koo; Kennedy (2006), o governo também poderia aplicar ambas as políticas, subsidiando a produção e o consumo, ou seja, determinando o preço mínimo e o preço máximo. Como consequência, existiria possibilidade de que incentivos a autossuficiência, como a garantia de preços mínimos, gere custos sociais superiores aos benefícios desse tipo de política.

Ainda Koo; Kennedy (2006), subsídios podem ser benéficos para consumidores nos países exportadores e importadores, resultando em um aumento líquido mundial de bem-estar, especialmente em países em desenvolvimento que necessitam de importações. De maneira geral, não é de difícil obtenção um consenso sobre o potencial benefício dos subsídios. Sendo que, a política governamental de subsídios pode levar superprodução em países desenvolvidos e preços mais baixos no mundo.

Dados da ABITRIGO (2016) demonstram que em 1988, dentro do período de regulamentação estatal, apenas 13,3% do total de trigo disponível no Brasil foi importado. Entre 1991 e 2010, as importações superaram a produção nacional, atingindo o patamar de 80,9% em 2001. A maior fornecedora de trigo ao Brasil é a Argentina, respondendo aproximadamente com 80% do total de importações a partir da liberação econômica. Entre as décadas de 1970 e 1980 foram gastos aproximadamente US\$ 8 bilhões para custear a produção do cereal.

Para Silva (1997), a política aplicada pelo governo gerou um excedente de demanda pelos consumidores superior ao estímulo à produção interna. Levando ao declínio da autossuficiência e os subsídios que deveriam gerar segurança provocaram desequilíbrio entre produção e consumo no Brasil.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Para o presente trabalho, foram colhidos e analisados dados referentes a triticultura no Brasil e em Goiás, referentes aos anos de 1975 a 2016. Dados estes que podem demonstrar a evolução do agronegócio desta cultura. Foram coletados dados secundários de produção, área plantada, produtividade e importação de trigo no Brasil e no Estado de Goiás.

Dados de produção, área plantada e produtividade são encontrados na CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e dados sobre importação de trigo na SECEX (Secretaria de Comércio Exterior) do MDIC (Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços).

Posteriormente, os dados foram analisados com algumas inferências estatísticas como média e correlações entre as variáveis pesquisadas. A fim de subsidiar os resultados e discussões deste projeto de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil é reconhecido mundialmente como uma potência do agronegócio, porém sua produção de trigo não é suficiente para atender ao mercado interno e o país é um grande importador do produto. Durante muitas décadas, o setor sofreu intervenção do Estado, que, mesmo após a liberalização, na década de 1990, deixou marcas profundas. Ao mesmo tempo em que o governo subsidiava a produção, os produtores não qualificaram os meios para produzir (PASINATO, 2009).

Dessa forma, a cadeia de trigo no Brasil ficou gradativamente defasada em produtos e tecnologias. Não obstante, no fim da década de 1980, o Brasil praticamente atingiu a autossuficiência na produção de trigo, importando um valor ínfimo do produto. Contudo, a produtividade e as áreas cultivadas aumentavam sem o correspondente aumento na qualidade.

A triticultura brasileira passou por um longo período de regulamentação estatal, no que tange a produção, industrialização e comercialização, iniciado em 1967 perdurando até 1990, quando houve queda nos subsídios e abertura econômica. A cultura foi alvo de uma política governamental de autossuficiência com subsídios ao produtor, usando a regulamentação completa do setor como instrumento de intervenção. Sendo o governo o único comprador e fornecedor do trigo para a indústria de moagem, determinando o preço e disponibilidade de produtos, como a farinha de trigo, com subsídios ao consumo (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997).

A produção mundial de trigo quase triplica entre 1961 e 2002, passando de 222,3 milhões para 572,9 milhões de toneladas no período. O auge desta produção ocorreu em 1997, quando o volume mundial alcançou 613,3 milhões de toneladas. Do total mundial produzido, a União Europeia como o maior produtor, saindo de 35,1 milhões de toneladas (15,8% do total mundial da época) para 104,8 milhões de toneladas em 2002 (18,2% do total mundial de então). De todos os países produtores, o Brasil é o único grande importador do cereal, tendo se constituído no maior comprador mundial de trigo no final dos anos 1990 (BRUM; HECK; LEMES, 2004).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), são as principais políticas agrícolas em termos de recursos financeiros aplicados na agricultura brasileira, não resta dúvida da importância e a pertinência do crédito rural para as transformações da agropecuária brasileira. (DELGADO; LEITE; WESZ JR, 2010).

Delgado (2012), afirma que, este instrumento foi um dos elementos determinantes da modernização da agricultura no período da ditadura militar, bem como a principal via de fomento da política agrícola do crescimento exportador de *commodities* e da reestruturação da economia do agronegócio a partir dos anos 2000. A Figura 1 apresenta a relação crédito rural *versus* PIB agropecuário.

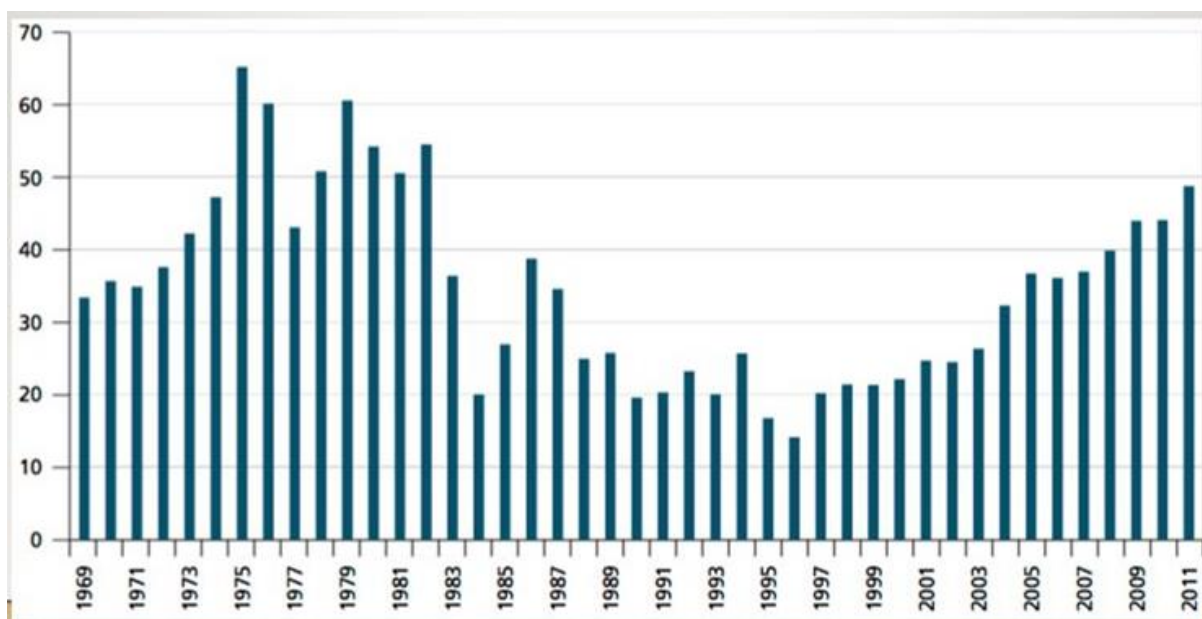


Figura 1 Relação crédito rural e PIB da agropecuária para o Brasil, de 1969 a 2011, em %.
Fonte: Belik (2015).

A Figura 1 mostra que na década de 1970 o crédito rural apresentou um pico de 65% do PIB agropecuário brasileiro, mantendo-se em média, entre 1969 a 1983, acima dos 40% do PIB agropecuário. Este foi o período de expansão econômica com o maior investimento visando desenvolver a agropecuária nacional,

“...notável expansão econômica, ilustrada por uma taxa média de crescimento anual da economia de 8,9% e, pela primeira vez, o Estado brasileiro implantou uma ousada estratégia nacional de modernização tecnológica das atividades agropecuárias. Essa fase cobriu o período de 1968 a 1981, este último ano sinalizando o ocaso desse período, sem precedentes, de intensa expansão tecnológica de algumas regiões rurais brasileiras.” (NAVARRO, 2010, p. 110).

Durante todo o interregno de redemocratização à meados dos anos 1990, o crédito rural estava estagnado, devido à crise econômica atravessada pelo país.

A década de 1970 pode ser considerada como os "anos dourados" do crédito rural: o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado nos anos 60, teve seu auge no período em que o crescimento da economia, aliado a taxas de inflação relativamente baixas, fazia crescer uma das

principais fontes de recursos para o financiamento agrícola, os depósitos à vista. Por outro lado, a liquidez do mercado internacional permitia ao País obter expressivos recursos externos. Nesse contexto, o volume de crédito rural saltou de US\$ 4,4 bilhões em 1970 para US\$ 11,2 bilhões em 1974 e aumentou durante toda a década, atingindo cerca de US\$ 20 bilhões em 1980, o que representava 49% do PIB agrícola da época (GARCIA, 1994).

Para Sayad (1984) sobre o período, haveria um enorme desperdício de recursos, pois a política de juros subsidiados não seria um instrumento eficaz de incentivo e acarretava em altos custos para o governo e a economia. Dado o caráter fungível do crédito rural, podendo ser deslocado para atividades mais rentáveis, ao oferecer empréstimos para os agricultores, o governo não consegue alterar, quer o volume, quer a composição da produção ou dos investimentos agrícolas.

O movimento de afastamento do governo da comercialização agrícola pode ser considerado como uma das características da política agrícola da década de 1990, já que só no final do período foram criados mecanismos que permitiram o distanciamento governamental. Com relação ao financiamento da atividade, no decorrer da década, houve oscilações com relação à maior ou menor quantidade de recursos disponibilizados aos agricultores. Quando ficava configurada uma possibilidade de estrangulamento da oferta, o Governo aumentava o volume de recursos para financiamento, e, ao contrário, quando era restaurado um determinado patamar de produção, havia uma redução dos recursos ofertados. É interessante observar que, mesmo no caso de quebra de safra por problemas climáticos, os Governos reagem ofertando recursos (SILVA, 1997).

O crédito rural e a posterior institucionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) foram fatores estimuladores do desenvolvimento da triticultura brasileira, cujo crescimento teve continuidade. Entretanto, novos cenários surgem na vida econômica do país, como a maior abertura comercial, iniciada em março de 1990, e a criação do Mercosul, promovendo um acentuado decréscimo na área cultivada no Brasil nos anos de 1990 (BRUM; HECK; LEMES, 2004).

Do final dos anos 1990 até a década de 2010 os investimentos na agricultura mantiveram um crescente notável. No ano de 1996 foi criado pelo governo federal o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e nos primeiros anos da década de 2000 um acréscimo volumoso no montante disponibilizado. A Figura 2, mostra a evolução do crédito do PRONAF em milhões de contratos e montante investido, corroborando com os dados apresentados na Figura 1, relação crédito rural no PIB brasileiro.

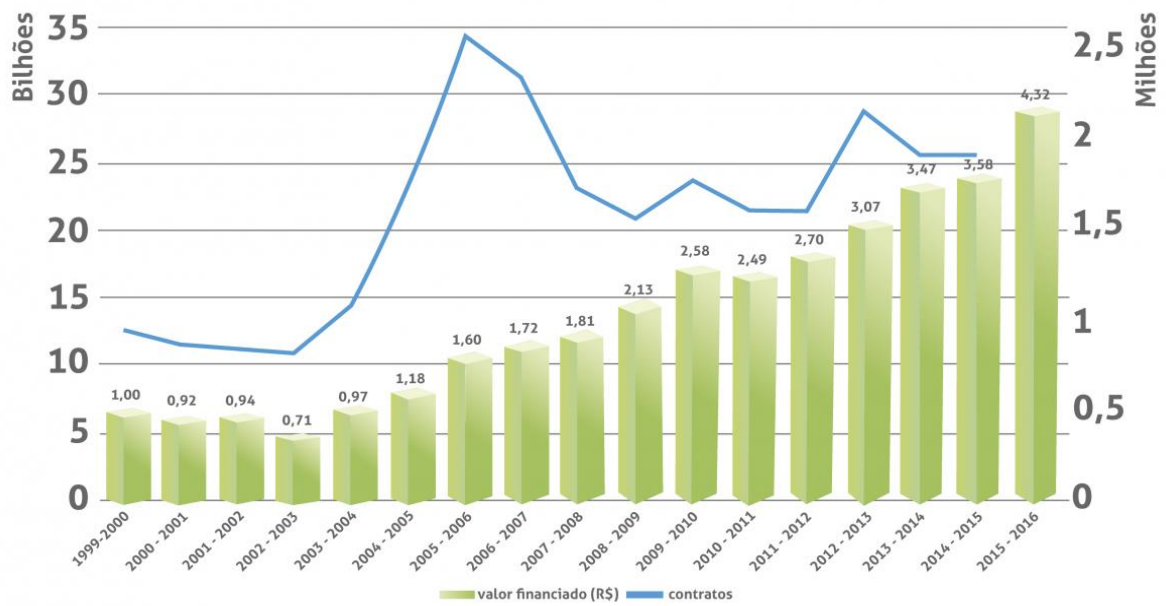


Figura 2 Evolução do PRONAF: número de contratos e milhões de reais investidos no Brasil de 1999 a 2016.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016).

A Figura 3 mostra a evolução da área ilustrada que o pico da área plantada de trigo no Brasil se deu da década de 1980, corroborando para a análise, esse é o período em que existiu o maior investimento na agropecuária brasileira.

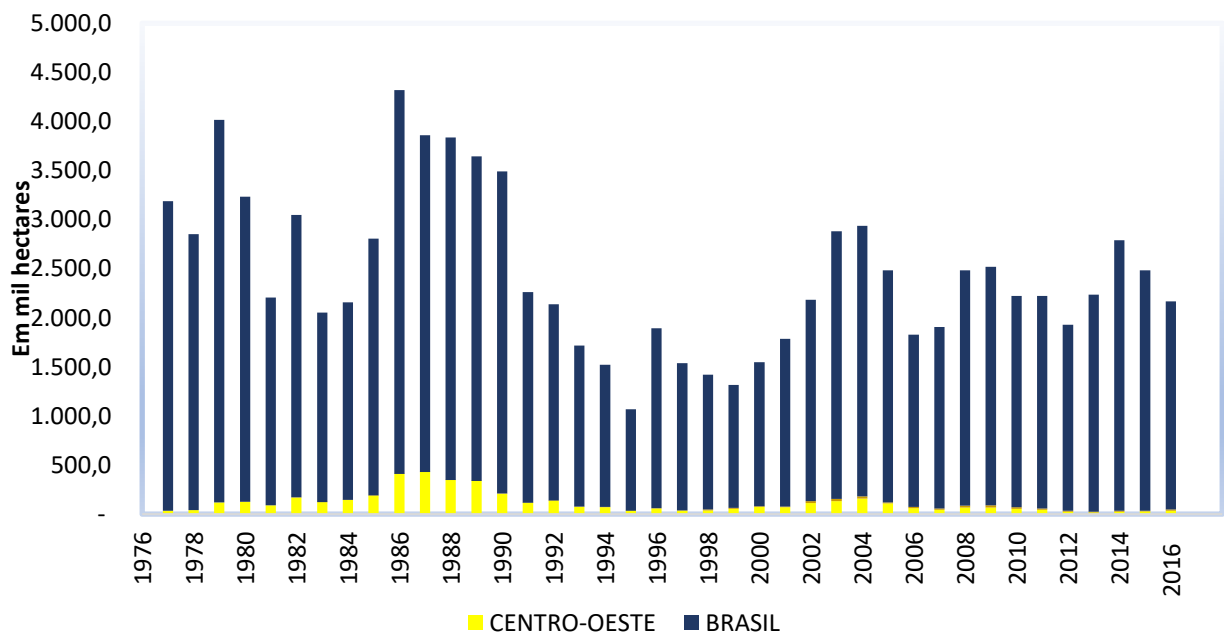


Figura 3 Evolução da área plantada de trigo no Brasil e Centro-Oeste de 1976 a 2016.

Fonte: CONAB (2018).

A área plantada de trigo no Brasil oscilou, até o final da década de 1980, para cima, chegando a mais de quatro mil hectares, neste período a área plantada no Centro-Oeste também apresentou seu auge, atingindo aproximadamente 500 mil hectares. A década de 1990 foi um período de incertezas na triticultura brasileira, o modelo de intervenção vigente desde 1967 foi extinto, privatizando a comercialização e retirando os controles governamentais sobre a industrialização do trigo. Reflexo disto foi a retração drástica da área plantada, chegando a ter em 1995 apenas mil hectares plantados, ou seja, 22% da área plantada em 1987 (Figura 3).

O subsídio ao cultivo e a produção do trigo não é realizada pelo governo e com o advento do Mercosul, a partir de 1991, a produção brasileira recua para entre 2 e 3 milhões de toneladas no país (Figura 4), após quase ter alcançado a autossuficiência em 1987, quando chegou a 6,2 milhões de toneladas. Esta produção irá se recuperar novamente em 2003, chegando a 5,4 milhões de toneladas, graças ao avanço da tecnologia (plantio direto e outros), clima propício e mercado estimulador quando do plantio (JACOBSEN, 2003).

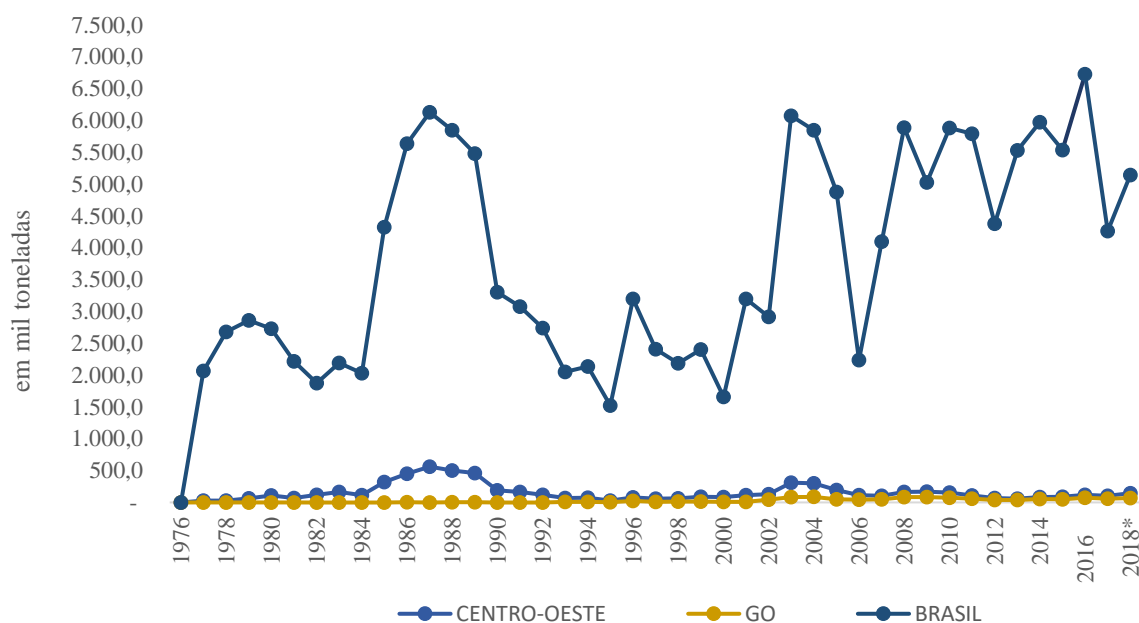


Figura 04 Produção de trigo no Brasil, Centro-Oeste e Goiás, de 1976 a 2018. Fonte: CONAB, 2018.

Segundo a CONAB (2018), a lavoura de trigo no Brasil é implantada predominantemente pelo sistema de plantio direto, com mais de 90% da área cultivada. Nos estados de Minas Gerais e Goiás, as lavouras, em sua maioria, são irrigadas. A evolução das práticas agrícolas na cultura do trigo, somadas a tecnificação da atividade, fizeram com que a produtividade passasse de 655 kg/ha em 1978 para aproximadamente 2500 kg/ha em 2017, Figura 5.

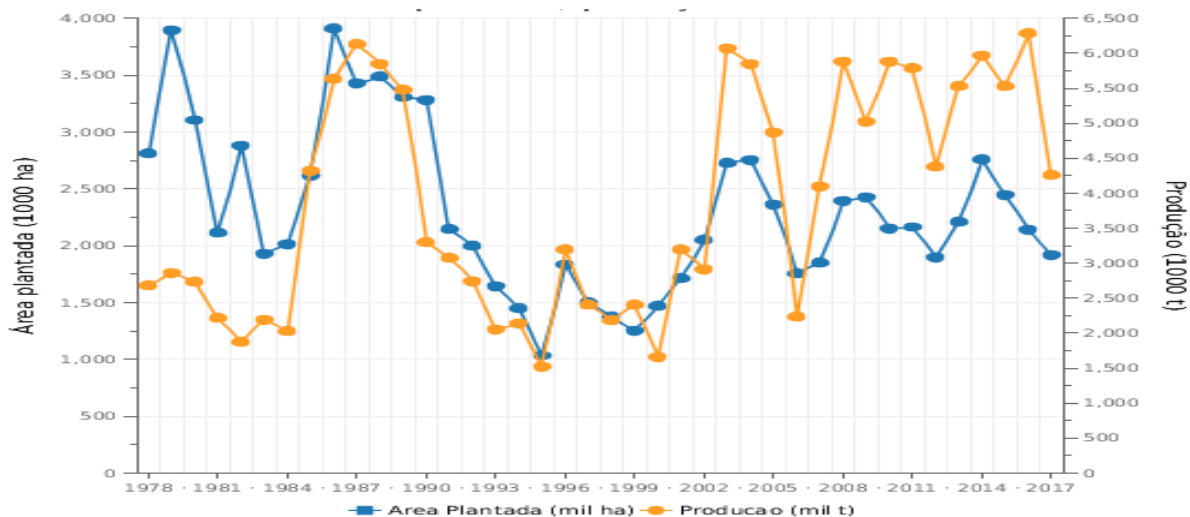


Figura 5 Área Plantada *versus* Produção do trigo no Brasil, de 1978 a 2016.
 Fonte: CONAB, 2018

A evolução técnica da cultura de trigo pode ser avaliada pelo desempenho da produtividade nos estados produtores. No período até 1882, a produtividade média nacional foi inferior a 900 kg/ha; no período de 1986-95, foi de aproximadamente 1.400 kg/ha. Esse aumento decorre dos conhecimentos gerados pela pesquisa, como: cultivares mais produtivas e mais resistentes a doenças, técnicas de rotação de culturas, fungicidas mais eficientes e programas e controle integrado de insetos.

A cultura do trigo no Brasil vem alcançando patamares cada vez mais elevados de produtividade. Os brasileiros consomem atualmente quase 12 milhões de toneladas de trigo por ano. A safra do ano de 2016 obteve as mais altas médias de produtividade da história, atingindo a marca de 3.170 kg/ha. É notório que a média de produção de trigo a partir dos anos 2000 são as maiores da história.

Com esse resultado, mesmo a área plantada sofrendo decréscimo desde a safra 2013/2014, a produção brasileira também foi recorde em 2016, chegando a 6,4 milhões de toneladas, ou 55,3% da demanda de 11,7 milhões de toneladas no país. Os bons resultados alcançados pela cultura do trigo no país são uma combinação de fatores positivos como clima favorável, sementes de alto potencial produtivo e adoção de tecnologias adequadas de manejo da lavoura.

A intervenção do governo no mercado do trigo, consolidada no Decreto-Lei nº 210, de 1967, resultou em uma total desvinculação do mercado brasileiro em relação ao preço internacional. Visto que no final dos anos 1980, a disparidade internacional alcançava números elevados, em 1986 o preço internacional era de US\$ 130,00/tonelada e o preço interno, em nível do produtor no Brasil, era de US\$ 241,00/tonelada. Contudo, a desregulamentação do setor e a

abertura da economia não poderiam ter deixado de causar um profundo impacto no setor (ZYLBERSZTAJN, 1998). O subsídio disponibilizado para a triticultura brasileira alcançou valores altíssimos em meados dos anos de 1980, como pode-se ver na figura 6, com pico no ano de 1985 próximo a 1,5 bi de dólares.

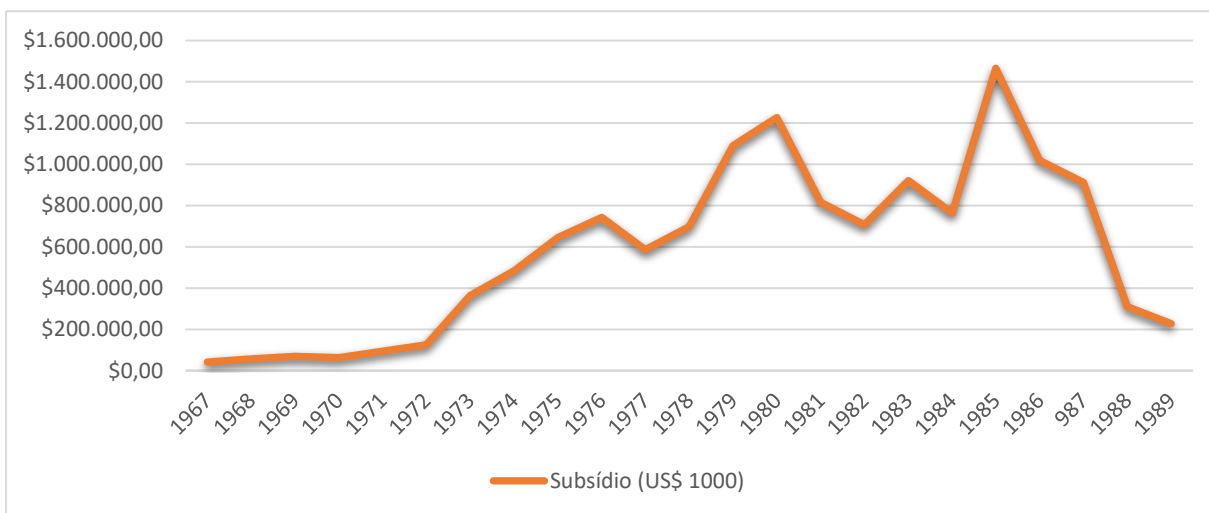


Figura 6 Total de Subsídio para a triticultura brasileira (em US\$ 1000), de 1967 a 1989.

Fonte: Adaptado RAMALHO JR, 1993.

Segundo Frausino, no campo da produção de grãos, o Decreto-lei n° 210 ampliou a proteção aos produtores nacionais de trigo vis-à-vis a produção externa. A demanda desse produto estava assegurada pelas agências federais, em razão da estatização da comercialização do trigo. Os resultados quanto à quantidade produzida e à produtividade da cultura foram notáveis. A produção e os rendimentos atingiram valores máximos no ano de 1987: foram decuplicados e mais que dobrados, respectivamente em relação aos os valores observados vinte anos antes, no início da intervenção mais organizada e consistente.

A preocupação estatal com a expansão da produção e a elevação dos índices de produtividade não se estendeu a um desenvolvimento de atividades de pesquisa que permitisse a suficiente produção, em solo brasileiro, de grãos específicos para atender às demandas pontuais, como já foi dito. O binômio qualidade e diversidade dos grãos de trigo brasileiro não estava inserido na agenda de metas governamentais para essa indústria. Dados analisados na figura 7.

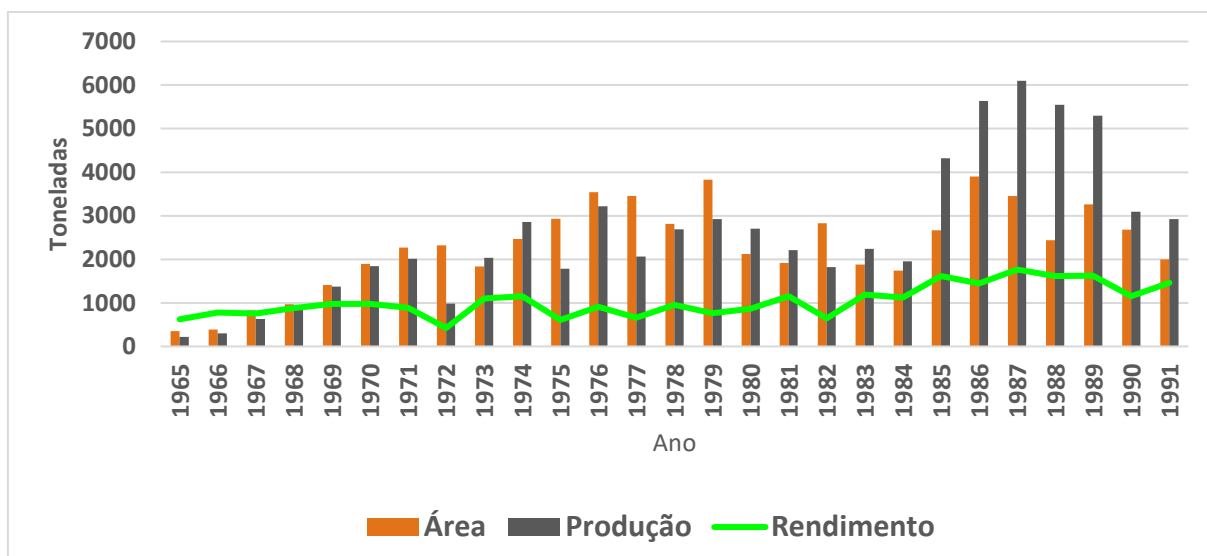


Figura 7, evolução da cultura do trigo no Brasil (em toneladas), de 1965 a 1991.

Fonte: Adaptado, Frausino, Carlos Cesar Marques, 1995.

Para Colle (1998), a queda da produção, após a reforma, no início da década de 1990, era esperada, porquanto o governo adquiria o produto a preços artificialmente acima da paridade antes da política de liberalização do mercado do trigo, porém a intensidade da queda foi muito maior do que se poderia supor.

O setor produtor do grão, primeiro elo da cadeia do trigo, deu logo sinais de que esse processo de desregulamentação havia se constituído em um *overshooting*¹. A primeira safra de trigo nacional comercializada após a desestatização foi feita em um cenário de preços bastante deprimidos. Como a reforma da política extinguiu os preços de aquisição e introduziu o trigo na pauta de preços mínimos, devido à defasagem de preços, as primeiras safras, após a desestatização, foram parar nas mãos do governo ou foram vendidas aos moinhos a preços substancialmente mais baixos que os prevacentes em períodos passados. As consequências foram sucessivas quedas de área e de produção. O governo reagiu com uma política de apoio através dos mecanismos tradicionais e criando ainda mecanismos, mas não foi capaz de deter a substancial redução da produção nacional (ZYLBERSZTAJN, 1998).

¹Termo em inglês que significa um movimento no mercado que ultrapassa pontos de equilíbrio esperados, em função da escassez prolongada e/ou artificial de determinado recurso, bem, título ou moeda.

5 CONCLUSÕES

O trigo é o segundo cereal mais importante no mundo, seu grão é utilizado na alimentação humana como farinha, pães, biscoitos; na alimentação de animais domésticos; e na elaboração de produtos não alimentícios. Historicamente, o Brasil não consegue atender sua demanda interna, com isso existe a necessidade de importar trigo para atender o seu consumo interno. O volume de importações teve aumento crescente ao longo dos anos, sobretudo após a retirada dos subsídios pelo Governo Federal em 1989.

Para promover a industrialização do campo, o principal instrumento utilizado foi o crédito agrícola subsidiado. A concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas induziu um padrão de modernização compulsória, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo. Outros fatores também contribuíram para a modernização da agricultura, como a abertura de novos mercados externos, o crescimento da demanda internacional e do próprio mercado interno.

Com relação ao financiamento da triticultura brasileira, houve oscilações com relação à maior ou menor quantidade de recursos disponibilizados aos agricultores. Quando ficava configurada uma possibilidade de estrangulamento da oferta, o Governo aumentava o volume de recursos para financiamento, e, ao contrário, quando era restaurado um determinado patamar de produção, havia uma redução dos recursos ofertados.

A cultura do trigo no Brasil tem alcançando patamares cada vez mais elevados de produtividade. Os brasileiros consomem atualmente quase 12 milhões de toneladas de trigo por ano. A safra do ano de 2016 obteve as mais altas médias de produtividade da história, atingindo a marca de 3.170 kg/ha. É notório que a média de produção de trigo a partir dos anos 2000 são as maiores da história. O aumento da produtividade, mesmo com a diminuição da área plantada, é resultado de altos investimentos em tecnificação da triticultura no Brasil, praticando conhecimentos gerados pela pesquisa, como: cultivares mais produtivas e mais resistentes a doenças, técnicas de rotação de culturas, fungicidas mais eficientes e programas e controle integrado de insetos nos estados de Goiás e Minas Gerais, a atividade é desenvolvida, de forma geral, em áreas irrigadas.

Dada a importância da triticultura para a humanidade e o potencial agrícola brasileiro, com os devidos investimentos e manejos, a autossuficiência poderá ser alcançada nas próximas décadas.

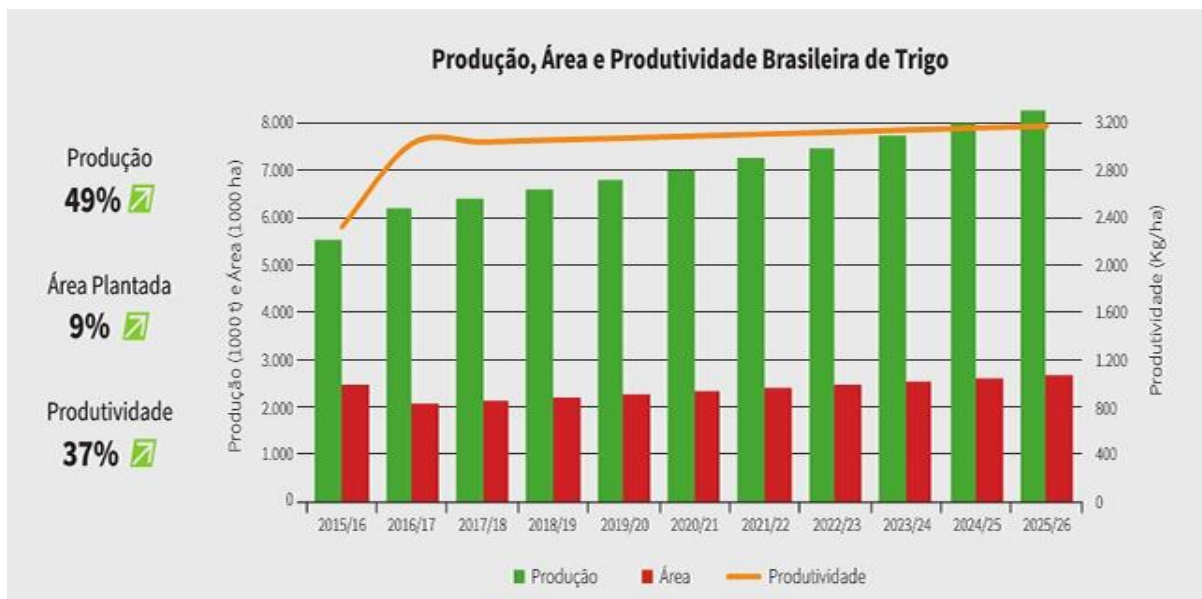


Figura 8, projeção para os próximos 10 anos.

Fonte: Sindicato das Industrias do Trigo no Estado de São Paulo, 2016.

Segundo o Sindicato das Industrias do Trigo do Estado de São Paulo, o mercado da triticultura, terá um aumento de 9% na área plantada no país, principalmente na região sul do país. Com novas tecnologias envolvidas no campo agrícola, a produção poderá ser aumentada em 49% e a produtividade em torno de 37%. Esses avanços tecnológicos estão aprimorando cada vez mais a cultura do trigo, que é objeto constante de pesquisa e desenvolvimento de novos cultivares para o produtor, o que seguirá aprimorando, de forma contínua, a qualidade do grão ofertado.

REFERENCIAS

ABRITRIGO. **O que é o trigo?** Disponível em: <<https://www.abitrigo.com.br/trigo.php>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ACOSTA, A. S; Dinâmica e cenário para a produção de trigo em áreas de atuação de cooperativas no Brasil. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2018.

AGRA, F. A. Acessa com mais comunicação. 2017. Disponível em: <<http://www.acesa.com/negocios/arquivo/economia/2010/05/12-artigo/>> Acesso em: 17 mar.2018.

ALBRECHT, J. C. O que plantar: especial trigo para o Cerrado. **Revista Cultivar**, v. 181, p. 38-41, junho 2014.

ALVIM, M. C. O trigo – Assim caminha a humanidade. Disponível em: <<http://pinheiroempauta.blogspot.com.br/2014/06/o-trigo-assim-caminha-humanidade.html>> Acesso em: 18 mar. 2018.

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Eds.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 266**, de 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/servidores/concursos-e-selecoes/documentos/portaria-no-266.pdf/view>> Acesso em: 17 mar. 2018.

BRUM, A.L; HECK, C.R; LEMES, C.L. As Políticas brasileiras de fomento à cultura do trigo. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Ed. Unijuí, ano 2, p. 95-117, jan/jun 2004.

CALDAS, J. **Fazenda no Cerrado registra recorde brasileiro na produção de trigo**. 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/buscadenoticias//noticia/29565199/fazenda-no-cerrado-registra-recorde-brasileiro-na-productividade-de-trigo>> Acesso em: 17 mar. 2018.

CONAB. **Séries históricas**. 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. **A cultura do trigo**. Brasília: Conab, 2017. Disponível em:<<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2018.

_____. **Séries Históricas**. 2018. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=30>>. Acesso em: 18 set. 2018.

COLLE, Célio Alberto. **A Cadeia Produtiva do Trigo no Brasil: contribuição para a geração de emprego e renda**. IEPE/UFRGS. Ed. UFRGS: Porto Alegre/RS, 1998. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/ecorural/mecorural_colle_n204.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

COLLINS, K. Política alimentar. **Políticas públicas e fornecimento de alimentos**. p. 311-324. 1999.

DELGADO, G. d. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

_____. N. G.; LEITE, S.; WESZ JR, V. J. **Nota técnica: produção agrícola**. Rio de Janeiro, 2010.

EMBRAPA. Sistemas de Produção. **Embrapa - Cultivo de trigo**. 2016. Disponível em: <https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaolf6_1ga1ceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&p_r_p_76293187_sistemaProducaoId=3704&p_r_p_996514994_topicoId=3044> Acesso em: 18 mar. 2018.

FARINA, E., AZEVEDO, P.F. & SAES, M.S. **Competitividade: mercado, Estado e organizações**. São Paulo: Singular. 1997.

Frausino, Carlos Cesar Marques, 1995. Adaptado, figura 7, evolução da cultura do trigo no Brasil (em toneladas), de 1965 a 1991.

GASQUES, J, Financiamento da agricultura: experiências e propostas. **Transformações da agricultura brasileira e políticas públicas**, Brasília. IPEA, 2001.

HERMANN, J. Reforma, endividamento externo e o 'Milagre' econômico (1964/1973). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro. Campus, 2005.

ISMAEL, L. A. S. **Consumo do trigo na alimentação brasileira e sua projeção na estratégia de fortificação de farinhas de trigo**. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GARCIA, A. A. (1994). O financiamento da safra 1994/95. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v22, n.3.

JACOBSEN, L. A. Trigo. **Série Realidade Rural**. Porto Alegre: Emater/RS – Ascar, 2003.

KAGEYAMA, A. A. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas; UNICAMP, 1987. 121 p.

KOO, W.W. & KENNEDY, P.L. *Jornal Americano da Economia Agrícola*. **O impacto dos subsídios agrícolas no bem-estar global**. V.88, p.1219-1226. 2006.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Políticas Agrícolas. Ato Portaria Nº 12, de 23 de Janeiro de 2018.

MDA. Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf 20 anos**. 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/pronaf20anos>>. Acesso em: 17 setembro 2018.

NAVARRO, Z. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. In: **Revista de Política Agrícola**, v.19, n.esp., Jul, Brasília, 2010.

PASINATO, A. **Oficina sobre trigo no Brasil** – bases para construção de uma nova triticultura brasileira. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2009.

RAMALHO Jr., A. A. **Complexo agroindustrial, grupos de interesses e políticas públicas - o caso do Trigo no Brasil**. Campinas: UNICAMP.IE. Tese de Doutorado, 1993.

SILVA, P. R. N. Desempenho do setor agropecuário gaúcho: mais um resultado negativo. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1. 1997.

_____. **Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo**. Disponível em <www.fiesp.com.br/outlook> Acesso em: 06 de novembro 2018.

VENZON, M.; PAULA JÚNIOR, J. **101 Culturas**: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010. 800 p.

VILLA VERDE, C. Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos. **Transformações da agricultura brasileira e políticas públicas**, Brasília. IPEA, 2001.

ZYLBERSZTAJN. C.A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil: contribuição para a geração de emprego e renda**. Ed.UFRGS: Porto Alegre-RS, 1998. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/ecorural/mecorural_colle_n204.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

O AGRONEGÓCIO DA TRITICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS DE 1975 A 2016

ZUCCOLIN, Rodrigo Pulcinelli¹; MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos²

¹Aluno do Curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA. ²Professora Doutora do curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA.

O trigo é uma das principais fontes de alimentação para o ser humano. Sendo o segundo cereal mais importante no mundo. O cultivo de trigo na região Centro-Oeste está relacionado com a alta produtividade e qualidade industrial. Existe no Brasil uma série de dificuldades do cultivo e comercialização desta cultura. Com a modernização da agricultura no sul do Brasil, calcada em fortes financiamentos subsidiados pelo Estado, o trigo voltou a ganhar importância em solo brasileiro, contudo, jamais nosso país conseguiu a autossuficiência com o cereal. Tendo na Argentina importante fornecedor de trigo ao Brasil. Este trabalho tem por objetivo, colher e analisar dados referentes a evolução do agronegócio da cultura do trigo (*Triticum spp.*), mostrando a evolução da produção no cenário nacional e de Goiás, levantando dados sobre produção, demanda e comercialização e inferir sobre importação de trigo para o abastecimento no mercado interno, de 1975 a 2018. A triticultura brasileira passou por um longo período de regulamentação estatal, no que tange a produção, industrialização e comercialização, iniciado em 1967 perdurando até 1990, ao mesmo tempo em que o governo subsidiava a produção, os produtores não qualificaram os meios para produzir. Verificou-se que, a área plantada de trigo de trigo no Brasil cresceu até o final da década de 1980, chegando a 4 milhões de hectares, com baixa produtividade. Na década de 1990, com o fim do controle estatal, a área plantada, em 1995, foi 22% da área plantada em 1987. Mesmo sofrendo decréscimo em área plantada, a produção brasileira alcançou altas taxas, chegando a 6,4 milhões de toneladas, ou 55,3% da demanda do país. Os bons resultados alcançados pela cultura do trigo no país são uma combinação de fatores positivos como clima favorável, sementes de alto potencial produtivo e adoção de tecnologias adequadas de manejo da lavoura.

PALAVRAS-CHAVE: Triticultura brasileira. Crédito Agrícola. Política Agrícola.

DECLARAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Eu, **RODRIGO PULCINELLI ZUCCOLIN**, matrícula 201510733, declaro, para os devidos fins e sob pena da lei, que o Trabalho de Conclusão de Curso: **O AGRONEGÓCIO DA TRITICULTURA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIAS DE 1975 A 2016**, é uma produção de minha exclusiva autoria e que assumo, portanto, total responsabilidade por seu conteúdo.

Declaro que tenho conhecimento da legislação de Direito Autoral, bem como da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica. Autorizo sua divulgação e publicação, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio e uso inadequado de trabalhos de outros autores. Nestes termos, declaro-me ciente que responderei administrativa, civil e penalmente nos termos da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Pelo presente instrumento autorizo o Centro Universitário de Goiás, Uni-ANHANGUERA a disponibilizar o texto integral deste trabalho tanto na biblioteca, quanto em publicações impressas, eletrônicas/digitais e pela internet. Declaro ainda, que a presente produção é de minha autoria, responsabilizo-me, portanto, pela originalidade e pela revisão do texto, concedendo ao Uni-ANHANGUERA plenos direitos para escolha do editor, meios de publicação, meios de reprodução, meios de divulgação, tiragem, formato, enfim, tudo o que for necessário para que a publicação seja efetivada.

Goiânia 17 de outubro de 2018.


RODRIGO PULCINELLI ZUCCOLIN

